

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA

INFORME SETORIAL

Geração ‘suja’ na transição energética na Amazônia

O Estado de S. Paulo.

O Brasil vive uma contradição. Apesar da matriz elétrica invejável, com 83% de fontes renováveis, o País mantém na Amazônia – símbolo do meio ambiente – um parque gerador altamente poluente. Ali, 90% de toda a energia produzida vem de termoelétricas movidas a óleo diesel, grande emissor de CO₂. Durante anos, isso não era motivo de preocupações. Mas, em um mundo em que a sustentabilidade ganha cada vez mais relevância, essa realidade começa a incomodar a ponto de o governo iniciar um processo de transição energética.

No início do mês, o Ministério de Minas e Energia abriu uma consulta pública para aprimorar as contratações no Sistema Isolado, que inclui sete Estados do Norte e do Centro Oeste e o arquipélago de Fernando de Noronha. Hoje, grande parte do Brasil é atendida pelo Sistema Interligado Nacional (SIN), formado por uma ampla rede de transmissão que permite o intercâmbio de energia entre as regiões. Se uma área gera menos, outra pode ajudar no abastecimento mandando mais energia.

Na Amazônia, pela falta dessa interligação, pela sensibilidade ambiental e por ter comunidades pequenas e dispersas, a energia elétrica é produzida localmente. No total, são 251 sistemas isolados, também chamados pelo professor da UFRJ, Nivalde de Castro, de “ilhas de poluição”. Nesses sistemas, há desde pequenas comu-

nidades, com população de 15 habitantes, até cidades maiores como Cruzeiro do Sul (AC) e Boa Vista (RR) – única capital ainda não conectada ao Sistema Interligado Nacional –, com 80 mil e 419 mil pessoas, respectivamente.

Mudar essa realidade não é trivial. Por se tratar de sistemas que não se conversam, as fontes de geração precisam ser seguras para evitar que a população fique sem energia. Para instalar plantas solares, por exemplo, é preciso ter um backup, um tipo de usina que possa suprir a demanda quando não há sol para produzir energia. No resto do País, quando a usina solar produz menos, ela é compensada por outras fontes de energia, como eólica e hidrelétrica.

“Esse é o desafio de fazer a transição energética de uma forma mais acelerada. Precisamos de fontes que deem segurança na entrega de energia a qualquer momento”, diz o diretor dos Estudos de Energia da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Erik Eduardo Rego. Uma alternativa, diz ele, são as usinas híbridas, como fotovoltaica e bateria ou biodiesel e diesel. “Estamos tentando estimular essa diversidade de soluções.”

Esses modelos de usinas já apareceram nos últimos leilões. Em 2019, houve a contratação de sete projetos (125,3 MW), que incluem usinas com biocombustível e uma solução híbrida (biocombustível + fotovoltaica + armazenamento em bateria). A Brasil BioFuels (BBF) é uma das empresas que têm apostado nesse mercado. Ela tem 22 térmicas em operação no sistema isolado, a maioria bicombustível (funcionam com diesel e biodiesel). Duas delas são totalmente a biodiesel. A empresa também está construindo duas usinas a biomassa, movidas a bagaço de dendê, diz o presidente da BBF, Milton Steagall.

Outra alternativa, não renovável, mas menos poluente do que o diesel, é o gás natural. Nesse caso, a segurança energética é maior. A Eneva está construindo, em

Boa Vista, a termoeletrica Jaguatirica II, que vai iniciar a operação neste ano. A empresa produz gás natural na Bacia do Amazonas, em Silves (AM), e vai abastecer a usina para atender a 70% do consumo de energia elétrica do Estado.

Além da questão ambiental, as contratações de energia para o Sistema Isolado devem buscar a redução do custo da geração e da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) – um subsídio cobrado na conta de luz em todo o País para ajudar na geração desse sistema. No ano passado, o orçamento aprovado para a CCC foi de R\$ 8,5 bilhões e, neste ano, deve superar R\$ 10 bilhões.

“Com a transição, é possível reduzir os custos de geração dos sistemas isolados e desonerar a tarifa dos demais consumidores de energia elétrica”, avalia o coordenador-geral da Expansão Eletroenergética do Ministério de Minas e Energia, Gustavo Cerqueira Ataíde. Ele avisa, no entanto, que o caminho não será curto.

Nessa fase inicial, é preciso encontrar as fórmulas certas para a região com o menor risco possível. A consulta pública aberta pelo governo deve trazer algumas respostas para seguir essa trilha, diz o pesquisador sênior do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel/UFRJ), Maurício Moszkowicz. Segundo ele, além das fontes de energia, a questão dos prazos de contratação também precisa estar clara. Uma usina térmica pode ter 5 anos de contratação, mas uma solar, por exemplo, precisa de 10 a 15 anos para pagar o investimento feito.

Outro fator é que no Sistema Isolado não se podem esperar preços semelhantes aos de uma usina no resto do País. Ou seja, dificilmente uma usina solar – que tem preços baixos no Nordeste e no Sudeste – terá o mesmo custo. Isso porque essas plantas dependem de escala e do grau de insolação. “O desafio é encontrar soluções e criar os incentivos para as empresas investirem sem aumentar os subsídios”, diz Moszkowicz.

O superintendente da EPE, Bernardo Folly de Aguiar, afirma que a expectativa é de que a dependência pelo diesel seja reduzida primeiro em localidades com maior escala. Isso permite uma variedade de soluções. “Em Fernando de Noronha, por exemplo, a escala é maior e permite uma mudança mais expressiva. Em locais menores, há maior dificuldade.”

Núcleo de Inteligência – ADECE/SEDET

Edição 377 - Em 23 de fevereiro de 2022

Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.